



SENADO FEDERAL
Gabinete Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater alteração na legislação atinente ao serviço alternativo ao serviço militar obrigatório para viabilizar o fortalecimento da ação estatal em situações de incêndios florestais/extremos climáticos e da atuação interinstitucional governamental.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Defesa;
- representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- representante da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República; e
- representante do Ministério da Educação.

JUSTIFICAÇÃO

Em nosso país e no mundo, aumenta a necessidade de se educar, orientar, informar e qualificar as pessoas acerca de planos de contingências e



modos de proteção em caso de desastres ambientais, em particular os relacionados aos incêndios florestais e aos eventos climáticos extremos e suas consequências.

Neste contexto, ganha relevo, entre outras inúmeras ações e medidas possíveis, a atuação de contingentes das Forças Armadas em ações mitigadoras, de enfrentamento e de apoio em face destes incêndios florestais e eventos climáticos extremos e suas consequências (como disponibilidade de água potável e alimentos, aumento do risco de doenças etc).

Por oportuno, parece haver espaço para proposta de aperfeiçoamento da legislação do serviço alternativo ao serviço militar obrigatório na direção de viabilizar o fortalecimento da Defesa Civil e da ação articulada do poder público por ocasião de situações de extremos climáticos (estiagens e secas, incêndios florestais, ondas de calor e frio, inundações e enchentes, deslizamentos de terra, tornados, vendavais e outras) e suas causas, e/ou situações de calamidade.

A ideia é debater as possibilidades de aperfeiçoamento da Lei de Prestação do Serviço Alternativo (Lei nº 8.239/1991) para fortalecer o aproveitamento de contingentes, inclusive em sua atuação cada vez mais orgânica entre áreas de políticas setoriais (assistência social, órgãos ambientais e de proteção civil, redução do analfabetismo e continuidade/ampliação da escolaridade) em razão dos eventos extremos.

Este debate passa pelo fortalecimento das relações de cooperação federativa, por motivações cívicas no engajamento de jovens em face de importantes questões nacionais e possibilidades de formação e empregabilidade, entre outras dimensões.

Por tais razões, solicitamos o apoio dos parlamentares para que possamos debater as possibilidades de maior aproveitamento destes contingentes em uma atuação cada vez mais orgânica entre as diversas áreas de políticas



setoriais, notadamente em razão dos incêndios florestais e eventos climáticos extremos.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)

